



O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) EM MARINGÁ: UMA ANÁLISE PRELIMINAR E CRÍTICA DAS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO

Tatiana Kaori Abe (G ó UEM)

Aline Márcia Schmitzhaus (G ó UEM)

Priscilla Borgonhoni Chagas (Universidade Estadual de Maringá-UEM)

RESUMO

Desde a sua gênese a produção do espaço urbano em Maringá obedeceu a uma orientação que reproduziu, no território, processos de desigualdade social pela ação do mercado imobiliário. Assim, a imagem de uma cidade com padrão de vida alto, verde e bela esconde uma história de remoções, em que moradores considerados de baixa renda foram retirados de regiões de alto valor imobiliário e transferidos para áreas periféricas da cidade. Mesmo as mais recentes intervenções não são estratégias novas e não há a participação popular ativa nas políticas voltadas para a promoção da cidade. Sendo assim, o objetivo desse artigo é apresentar os investimentos do PAC no município de Maringá e discutir criticamente as prioridades desse Programa. Destaque especial é dado no que se refere à requalificação do Bairro Santa Felicidade, uma obra que impactou a vida de inúmeras famílias. Foram utilizados dados secundários coletados no site do Governo Federal a respeito do PAC, além de fontes bibliográficas. A análise preliminar e crítica das prioridades de investimento do PAC em Maringá possibilitou trilhar os primeiros passos no sentido de compreender as contradições geradas com a implementação de obras e projetos concernentes a este Programa e as disputas envolvendo concepções distintas de cidade.

Palavras-chave: Programa de Aceleração do Crescimento. Intervenções Urbanas. Análise de Investimentos.

1. INTRODUÇÃO

A produção do espaço urbano é resultado de uma produção social, um conjunto de símbolos, resultado de múltiplas ações de agentes concretos que se acumulam ao longo do tempo. Segundo Corrêa (1989) o espaço urbano é a justaposição de vários usos da terra, simultaneamente fragmentado e articulado, uma vez que cada uma das partes mantém relações espaciais com as demais. O espaço urbano também é um reflexo da sociedade, uma vez em que nele se observa a complexa estrutura social em classes, a desigualdade e a segregação presentes na divisão das áreas residenciais. Em última instância, também é condicionante da sociedade, por meio do papel que as obras fixadas pelo homem desempenham na reprodução das condições de produção e das relações de produção (CORRÊA, 1989). Para Lefèbvre (1974), esse espaço não é um objeto específico, ou um

Artigo aprovado e apresentado na 35ª SEMAD ó Semana do Administrador da Universidade Estadual de Maringá. Novembro de 2015.

produto, ou simplesmente resultado de um único processo, mas refere e apreende produtos e relações de coexistência e simultaneidade, relações de convivência e de coincidência, ordem e desordem. Essas ações são complexas e derivadas da dinâmica de acumulação capitalista, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que delas emergem.

Destarte, a produção do espaço resulta da ação sistemática e intencional dos agentes sociais, caracterizada pela complexidade e por processos contínuos e descontínuos de organização. Constituem-se como os agentes produtores do espaço urbano, o Estado, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1989).

Dentre todos os agentes, o Estado é o que usufrui de instrumentos mais amplos para atuar na produção do espaço. Alguns instrumentos foram enfatizados por lei, como a do Estatuto da Cidade (Lei Nº 10.257/2001); a desapropriação da terra para utilização pública; a precedência da compra da terra; o controle e limitação do preço do solo urbano; a limitação da terra para construção; a cobrança de impostos; a implantação de infraestrutura; o crédito imobiliário para construção de habitação ou compra do solo. Nesse contexto, fica evidente o caráter regulatório, em que o Estado define o que pode ser feito na cidade, por meio dos Planos Diretores e induz a expansão do perímetro urbano, ou seja, o crescimento da cidade (COELHO, 2012).

Assim, apesar do avanço institucional alcançado nos últimos anos, sobretudo pela aprovação do Estatuto da Cidade após treze anos de luta popular, Maricato (2013, p. 22) desvela que quando o governo Lula retomou os investimentos em habitação e saneamento, após quase trinta anos de estagnação, as cidades ãse orientaram em uma direção desastrosa. A totalidade desses investimentos faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007 e considerado pelo Governo Federal como seu principal instrumento de política econômica e orientação para a promoção dos ajustes estruturais necessários para a sua estratégia de desenvolvimento do Brasil. O PAC foi apresentado como ão maior programa estratégico de investimentos do Brasil nas últimas quatro décadas (BRASIL, 2007a, p. 03) e propagado pelo governo como um programa, de âmbito nacional, que objetivava promover a aceleração do crescimento econômico; o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira (BRASIL, 2007b).

Em 29 de março de 2010 o governo lançou a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), que incorporou ações nas áreas social e urbana, além de ampliar os recursos para a infraestrutura logística e energética. Como parte constituinte do PAC2, o Programa habitacional Minha Casa Minha Vida ocasionou um *boom* imobiliário de enormes proporções nas grandes cidades e redesenhou regiões. A terra urbana permaneceu refém dos interesses do mercado imobiliário e, para tanto, as leis foram flexibilizadas ou modificadas (MARICATO, 2013), uma vez que a capacidade transformadora do Estado ãé basicamente usada com o objetivo de favorecimento das classes ou grupos dominantes (MENDES; NEGRI, 1998, p. 72). Outros eixos que compõem o PAC2 também influenciam a produção do espaço urbano em várias cidades, ao valorizar determinadas áreas em detrimento de outras e possibilitar que o capital produza e se aproprie dos espaços criados pelas intervenções federais.

Exemplos disso são os projetos de ãrevitalização de regiões centrais das cidades ou renovação do uso do espaço em nome de projetos urbanísticos. Em muitas cidades, projetos como esses foram e são financiados pelo PAC, como revelam os estudos de Machado (2013), Martins (2013), Santos e Machado (2013) e Chagas (2014) sobre o município de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul; de Câmara (2013) na cidade do Rio de Janeiro e de Ferreira Dias (2014), no município de Ourinhos (SP). Estes projetos entram no âmbito da ãreurbanização do mundo ã que passou a constituir um dos meios privilegiados para a

reprodução do capital (HARVEY, 2013a; 2013b). Estas ações entram no bojo dos processos de gentrificação, geralmente entendida como o processo de mudança no estoque imobiliário, nos perfis residenciais e padrões culturais (GAFFNEY, 2013).

Especificamente na cidade de Maringá, estão sendo executados 33 projetos pelo PAC2, assim distribuídos pelos eixos: Comunidade Cidadã (09 projetos); Minha Casa, Minha Vida (01 projeto); Cidade Melhor (15 projetos). Como destaque dos projetos na cidade, estão a Urbanização Santa Felicidade e o Anel Viário PAC - Contorno Norte (este último já concluído em outubro de 2014). Esses projetos têm ocasionando modificações no espaço urbano e alterado a dinâmica de comunidades residentes na cidade, como revelam estudos como os de Andrade e Cordovil (2008), Stahlhoefer e Rodrigues (2010), Galvão e Rocha (2010), Borges e Sela (2013) e Shimada (2015).

Maringá foi criada em 10 de maio de 1947, como Distrito de Mandaguari, e elevada à categoria de município em 14 de novembro de 1951. Tratou-se de um projeto de ocupação inicialmente conduzido sob a orientação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A cidade de Maringá foi planejada para se tornar um polo regional, assim como Londrina, Cianorte e Umuarama, todas localizadas na porção norte do estado do Paraná, onde predominava a economia cafeeira, como base e desenvolvimento (STAHLHOEFER; RODRIGUES, 2010). Maringá nasceu a partir de um plano urbanístico, com representações simbólicas que enfatizam a sua imagem urbana e destacam um polo regional que se criava em uma região sem ocupação urbana anterior (ANDRADE; CORDOVIL, 2008).

Desde sua gênese a produção do espaço urbano na cidade obedeceu a uma orientação que reproduziu, no território, processos de desigualdade social pela ação do mercado imobiliário (BORGES; SELA, 2013). Nesse mesmo sentido, Andrade e Cordovil (2008) afirmam que mesmo as mais recentes intervenções não são estratégias novas e não há a participação popular ativa nas políticas voltadas para a promoção da cidade.

Sendo assim, o objetivo desse artigo é apresentar os investimentos do PAC no município de Maringá e discutir criticamente as prioridades desse Programa no município, sobretudo no que se refere à requalificação do Bairro Santa Felicidade, uma obra que impactou a vida de inúmeras famílias e envolveu grandes valores acima de R\$ 42.000.000,00. Para tanto, este artigo é composto por cinco partes, além dessa introdução. O item a seguir apresenta a contextualização da cidade de Maringá, em que dá uma visão geral do histórico da cidade, seguindo por uma caracterização geral do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tendo um tópico referente ao Programa em Maringá com a apresentação dos valores e prioridades na cidade e no estado do Paraná. Logo após é apresentada e discutida a requalificação do Bairro Santa Felicidade. Por fim, são apresentadas as considerações finais do artigo.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA CIDADE DE MARINGÁ

O povoamento da área compreendida pelo atual Município de Maringá iniciou-se por volta de 1938, mas foi apenas a partir dos primeiros anos da década de 1940, que começaram a serem erguidas as primeiras edificações propriamente urbanas, na localidade conhecida mais tarde por Maringá Velho. Eram poucas e bastante rústicas construções de madeira de cunho provisório e destinavam-se a organizar na região um polo mínimo para o assentamento dos muitos migrantes que vinham para essa nova terra.

Surgida no final da década de 1940 como resultado do planejamento da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) e idealizada para se tornar um polo regional, Maringá foi implantada ao longo da estrada de ferro da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), fixando-se, a exemplo de várias outras cidades dessa região, nos mesmos espaços onde a

ferrovia já havia construído uma estrutura com caixas de água e postos de reabastecimento de lenha para suas locomotivas (RODRIGUES, 2004).

A cidade de Maringá, de acordo com Rodrigues (2004), fora planejada para alcançar 200.000 habitantes em 50 anos, foi implantada como um grande empreendimento econômico, prolongamento da expansão cafeeira do estado de São Paulo que era chamada de frente pioneira da cafeicultura que alcançou as divisas do Estado do Paraná (região norte) através da comercialização de pequenos lotes, sendo raros os casos de venda de grandes propriedades. Com uma rapidez sem precedentes, juntamente com Londrina, Maringá tornou-se em poucos anos um dos principais produtores agrícolas do país e, ao mesmo tempo, um dos municípios com maior grau de urbanização e incremento demográfico do estado.

O comércio é o principal setor da atividade empresarial de Maringá. Das 20,5 mil empresas existentes na cidade 44,15% são ligadas ao comércio varejista e atacadista ou à venda, reparação de veículos e motocicletas. Outra característica das empresas maringaenses é que 69,41% delas são de pequeno porte e empregam até quatro pessoas segundo as estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), em 2015. O comércio varejista é o setor com maior número de empresas na cidade, 6,1 mil, ou 27,68% do total (GAZETA DO POVO, 2013). Localizada na região noroeste do Estado do Paraná, a 428 km de Curitiba, a cidade de Maringá tem uma população estimada de 397.437 habitantes em 2015, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015). Foi fundada em 10 de maio de 1947 como distrito de Mandaguari segundo uma colonização orientada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, concebida para tornar-se polo regional de uma pujante economia cafeeira. Foi planejada por Jorge de Macedo Vieira de modo a fazer-se notar pela sua arborização e pelo seu zoneamento funcional e social, sendo projetadas, segundo Galvão e Rocha (2010) com amplas avenidas e espaços verdes, com bosques e parques, muitas praças, comércio intenso e agroindústria dinâmica. Ainda segundo os autores, atualmente a cidade é associada a uma imagem em que está entre as melhores cidades do país em relação à qualidade de vida.

A cidade cresceu sem favelas, pois as que se formaram no decorrer da história da cidade tiveram seus moradores remanejados para municípios vizinhos. Os atuais moradores do bairro Santo Felicidade foram removidos, há mais de 30 anos, das regiões próximas ao centro da cidade, de alto valor imobiliário e destinadas à moradia nobre. A atuação do Poder Público Municipal jamais foi no sentido de manter pessoas de baixa renda morando em áreas valorizadas. Em Maringá se repete a ocupação centro-periferia que decresce em qualidade urbana e condições de renda, característica de todas as demais cidades do Brasil (RODRIGUES; STAHLHOEFER, 2010).

No próximo item será discutido o Programa de Aceleração do Crescimento, seguido de uma discussão sobre a apresentação dos projetos na cidade de Maringá, o que contribuiu com o remanejamento de moradores no município, dentro de uma estratégia de requalificação (e elitização) do espaço urbano.

3. O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um programa do Governo Federal Brasileiro, anunciado em janeiro de 2007, com uma previsão de investimento de R\$ 503 bilhões, para o período 2007-2010, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. Com o investimento em infraestrutura, o objetivo do governo é eliminar os principais déficits que impedem o crescimento econômico, viabilizando o aumento da produtividade das empresas, além do estímulo ao investimento privado e à redução das desigualdades regionais (SALVADOR; RODRIGUES, 2011), e prever medidas institucionais para o melhoramento, reacendendo no Brasil o debate a respeito da capacidade de investimentos

em infraestrutura gerarem dinamismos regionais ou desequilíbrios socioespaciais (LEITÃO, 2009).

Segundo Salvador e Rodrigues (2011), os recursos iniciais para execução do PAC tinham origem prevista nos orçamentos das empresas estatais, no orçamento fiscal e da Seguridade Social da União e provenientes da iniciativa privada. O programa é o mais referenciado no segundo mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007 ó 2010), com a promessa de estimular os setores produtivos e, ao mesmo tempo, levar benefícios sociais para todas as regiões do país. O PAC, além de prever obras de infraestrutura, também propõe medidas de caráter econômico que visam manter a estabilidade econômica e o cumprimento dos acordos internacionais assinados ainda na década anterior. Há um forte investimento despendido para a divulgação e difusão do PAC e a ideia de que este seja um programa que visa a retomada do Estado como indutor do crescimento e desenvolvimento econômico e social, tendo sido, inclusive, criticado como peça de propaganda governamental e uma das maiores apostas político-eleitorais do governo Lula (SALVADOR; RODRIGUES, 2011).

O PAC é composto por eixos, no qual se divide em cinco blocos: (1) Investimento em infraestrutura, incluindo a infraestrutura social, como habitação, saneamento e transporte; (2) Estímulo ao crédito e financiamento; (3) Melhoria do ambiente de investimento; (4) Desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; e (5) Implantação de medidas fiscais de longo prazo. O principal bloco do programa sempre foi o investimento em infraestrutura, uma vez que, para este bloco, o PAC previa no período de 2007-2010 um total de R\$ 503,9 bilhões em investimentos públicos e privados, distribuídos em três eixos: (1) Logística (construção e recuperação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias); (2) Energética (investimentos na geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural e combustíveis renováveis); e (3) Infraestrutura social e urbana (investimentos em saneamento, habitação, transporte urbano, Luz para Todos e recursos hídricos) (CHAGAS; CARVALHO; MARQUESAN; 2015).

Em março de 2010, ainda de acordo com os autores acima citados, o governo lançou o PAC2 que incorporou ações nas áreas social e urbana, além de ampliar os recursos para a infraestrutura logística e energética. São 6 as áreas de investimento do PAC2: (1) Cidade Melhor; (2) Comunidade Cidadã; (3) Minha casa, minha vida; (4) Água e Luz para todos; (5) Transportes; e (6) Energia. Novamente, as ações relacionadas à Energia receberam o maior aporte dos investimentos e, dos R\$ 631,4 bilhões previstos para serem investidos após 2014, R\$ 626,9 bilhões (ou mais de 99%) serão destinados a esse eixo (CHAGAS; CARVALHO; MARQUESAN; 2015). O item a seguir apresenta os valores do PAC na cidade de Maringá.

4. O PAC EM MARINGÁ

Em 2008, de acordo com Stahlhoefer e Rodrigues (2010), a Prefeitura de Maringá obteve junto ao Governo Federal R\$ 25 milhões por meio do PAC para construção de 664 casas populares nas ZEIS (Zona Especiais de Interesse Social), dentro do Projeto de Requalificação Urbana e Social PAC-ZEIS Santa Felicidade. Pela Lei Complementar nº. 565/2005. As ZEIS são zonas destinadas à implantação de empreendimentos habitacionais de iniciativa exclusiva do Município de Maringá, com recursos próprios ou provenientes de termos de cooperação firmados com outros órgãos públicos financiadores, visando atender à população de baixa renda.

Para a implantação dos recursos do PAC, também foi aprovado a Lei Complementar nº. 697 que ôdesafeta e transforma em ZEISö 18 áreas públicas do município destinadas, inicialmente, para a implantação de equipamentos urbanos e sociais, pois a maioria destas são áreas institucionais, oriundas da reserva e transferência que os loteamentos são obrigados a fazer ao poder público. A lei do Solo Criado (Lei Complementar nº 336/99), no seu artigo 1º. § 2, é

bastante clara quanto aos requisitos para políticas habitacionais: “[...] os programas habitacionais de interesse social envolvem não apenas a moradia, mas também as obras de infraestrutura e os equipamentos a ela vinculados, exceção feita ao transporte coletivo” (STAHLHOEFER; RODRIGUES, 2010).

Para garantir espaços públicos de uso comunitário, afirmam os mesmos autores, Maringá define por meio da Lei Complementar nº334/99 que 30% de todos os loteamentos novos aprovados serão destinados ao sistema viário, a equipamentos comunitários e a espaço livre de uso público, sendo que a estes dois últimos usos a Prefeitura deve reservar no mínimo 10% da área total de cada novo loteamento. O próprio nome do projeto apresentado ao PAC (Projeto de Requalificação Urbana e Social ZEIS Santa Felicidade) demonstra seus objetivos relacionados à intenção de realocar um terço das famílias que hoje ocupam 246 terrenos no bairro, além de pessoas de outros pontos da cidade. O que se vê com essa intervenção urbana é a continuação daquilo que Rodrigues (2004) aponta como a principal característica do desenvolvimento urbano de Maringá.

O Quadro 1 relaciona as obras do Estado do Paraná do ano 2011 a 2014, o status, isto é, se a obra está em ação preparatória, sendo executada ou já concluída e o valor em que irá ou foi investido em cada obra.

PAC - PARANÁ		Exclusivo		Regional	
EIXOS	TIPO	2011 a 2014 (R\$ milhões)	Pós 2014	2011 a 2014	Pós 2014
Transporte	Rodovias	1.444,89	1.892,47	-	-
	Ferrovias	20,9	-	42,2	8
	Portos	10	210	196,22	149,72
	Hidrovias	-	-	50	-
	Aeroportos	291,56	145,85	131,06	9
	Equipamentos para Estradas Vicinais	292,53	-	-	-
	Marinha Mercante	-	-	-	-
	Total		2.059,88	2.248,32	419,48
Energia	Geração de Energia Elétrica	1.875,56	1.120,96	-	-
	Transmissão de Energia Elétrica	472,68	30,88	374,56	2.588,31
	Petróleo e Gás Natural	4.842,76	1.024,19	25,24	43,02
	Combustíveis Renováveis	-	-	-	-
	Geologia e Mineração - CPRM	-	-	-	-
Total		7.190,00	2.176,03	907,25	2.631,33
Cidade Melhor	Saneamento	858,12	1.209,91	-	-
	Prevenção em Áreas de Risco	108,52	936,92	-	-
	Pavimentação	125,16	488,6	-	-
	Mobilidade Urbana	526,56	5.661,15	-	-
	Cidades Históricas	2,28	14,71	-	-
	Infraestrutura Turística	5,03	30,18	-	-
	Equipamento de Esportes de Alto Rendimento	27,98	-	-	-
	Equipamentos Metroviários	-	-	-	-
	Cidades Digitais	-	8,74	-	-
Total		1.653,65	8.365,30	-	-
Comunidade Cidadã	USB - Unidade Básica de Saúde	131,96	45,18	-	-
	UPA - Unidade de Pronto Atendimento	32,94	28,69	-	-
	Creches e Pré-escolas	216,34	238,55	-	-
	Quadras Esportivas nas Escolas	56,26	91,42	-	-
	Centros de Artes e Esportes Unificados	29,9	15,26	-	-
	Centro de Iniciação ao Esporte	0,17	56,76	-	-
Total		467,57	466,86	-	-
Minha casa, Minha vida	Minha casa, Minha Vida / Habitação	4.663,62	-	-	-
	Financiamento SBPE	20.450,84	-	-	-
	Urbanização de Assentamentos Precários	314,99	419,99	-	-
Total		25.429,45	419,99	-	-
Água e Luz para todos	Luz para todos	47,57	-	-	-
	Recursos Hidricos	-	-	-	-
	Águas em áreas urbanas	284,17	673,94	-	-
Total		331,74	673,94	-	-

Quadro 1 - Obras PAC no Paraná, do ano de 2011 ó 2014 e pós 2014.

Fonte: BRASIL (2014).

O Quadro 2 da cidade de Maringá. Dentre as obras específicas de Maringá, uma delas é do eixo "Minha casa, minha vida", do subeixo "Urbanização de Assentamentos Precários", a obra "Urbanização Santa Felicidade" em que o intuito da obra é requalificar o bairro Santa Felicidade, que é o foco do tema do presente artigo.

DA CIDADE DE MARINGÁ - PR

EIXO	SUB-EIXO	OBRAS	STATUS	R\$
Cidade melhor	Saneamento	Ampliação do SAA - Anéis de Distribuição e Reservatório	Concluído	2.556.704,34
		Apoado		
		Ampliação do SAA na sede Municipal	Em obras	11.115.000,00
		Ampliação do SAA Municipal e Distrito de Iguatemi	Em obras	25.315.000,00
		Ampliação do SES - ETE-1 Norte E ETE-3 Norte - Alvorada	Em obras	8.740.000,00
		Ampliação do SES na sede Municipal - Rede coletora, ligações e interceptores	Em obras	12.214.084,21
		Morangueira e água de Jambo		
		Ampliação do SES na sede Municipal	Em obras	21.016.375,00
		Ampliação do SES na sede Municipal - Reabilitação de Rede Coletora, interceptores e ligações	Concluído	2.305.602,66
		Ampliação do SES na sede Municipal - Rede coletora e ligações	Concluído	4.194.470,18
	Ampliação do SES nos bairros Jardim Verônica e Vila Cafelândia - ETE 01 e ETE 03 Norte	Em obras	37.695.654,71	
	Apoio a catadores	Concluído	193.840,00	
	Urbanização Santa Felicidade	Em obras	42.504.795,34	
	Pavimentação	Ligação entre bairros	Ação Preparatória	Valor não divulgado.
Ligação entre bairros		Ação Preparatória	Valor não divulgado.	
Ligação entre bairros		Em obras	3.454.485,24	
Pavimentação e Qualificação de vias urbanas		Ação Preparatória	Valor não divulgado.	
Comunidade cidadã	UBS - Unidade Básica de Saúde	Ampliação	Concluído	75.000,00
	Mobilidade Urbana	Reestruturação do sistema de transporte coletivo	Ação Preparatória	Valor não divulgado.
		Trem Urbano em Londrina e Maringá	Ação Preparatória	Valor não divulgado.
	Prevenção de Áreas de Risco	Drenagem - Execução do Emissário do Parque do Ingá	Concluído	2.431.767,15
		Drenagem - Implantação de Emissário de Galeria - R. Yukio Saito na Vila Morangueira	Concluído	589.037,68
	Creches e pré-escolas	Creches e Pré-escolas - tipo B	Em obras	1.503.106,54
		Creches e Pré-escolas - tipo B	Em obras	1.503.356,54
Centros de Artes e Esportes Unificados	Praças - Modelo 3000m ²	Concluído	2.020.000,00	
Centro de Iniciação ao Esporte	Centro de iniciação ao esporte - Modelo I	Em licitação de projeto	Valor não divulgado.	
Minha casa, minha vida	Urbanização de Assentamentos Precários	Urbanização Santa Felicidade	Em obras	42.504.795,34

Quadro 2 - Obras PAC de Maringá.

Fonte: BRASIL (2014).

O próximo tópico explica o surgimento e o histórico do bairro, as causas dos moradores serem realocados para lá e como o PAC impactou para com os habitantes de Santa Felicidade.

5. O PAC E A REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO SANTA FELICIDADE

Com o crescimento da cidade, a expansão imobiliária alcança a área próxima ao bairro Santa Felicidade, com uma alta valorização do seu entorno ocupado por condomínios horizontais. Assim, os moradores do Conjunto Santa Felicidade foram considerados um obstáculo aos objetivos de valorização imobiliária e a maioria das 246 famílias, mais de 1200 moradores, é instrumento de remoção para as novas periferias do município, criadas por meio do projeto das Zonas Especiais de Interesse Social (RODRIGUES; STAHLHOEFER, 2010).

Para entender o processo de requalificação do bairro, é necessário entender alguns fatos da história do município. Em 11 de dezembro de 1975, é criada a Lei Nº 11/75, que visa difundir sua política de assistência social no campo da cooperação habitacional e institui o Programa Social de Desfavelamento Municipal, com a finalidade de proporcionar às famílias da cidade de Maringá, dos quais os rendimentos recebidos estejam abaixo dos valores mínimos estabelecidos pelo programa habitacional do BNH (Banco Nacional de Habitação), através de seus órgãos cooperadores e promotores, a oportunidade de vir possuir casa própria. O objetivo principal desse programa foi criar o Núcleo Habitacional Santa Felicidade, financiado pelo BNH e PROFILURB (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados), no qual o plano consistia em implantar nesse local: iluminação pública, rede de água pluvial e esgoto sanitário, água potável, praça pública urbanizada, ponto de ônibus coberto, ruas asfaltadas, centro social etc. Para tanto, o município delegou competência para que a Fundação de Desenvolvimento Social de Maringá, criada pela Lei Municipal nº 1122/76, de 04/05/1976, fosse o agente promotor do Programa Social de Desfavelamento Municipal (GALVÃO; ROCHA, 2010). Possibilitando uma moradia decente à população mais pobre da cidade, o objetivo do Poder Municipal também era acabar com a paisagem degradante que os barracos ocasionavam a imagem ideal de *ôcidade verdeö*.

Silvio de Magalhães Barros era o prefeito de Maringá nesse período, que, após fazer a urbanização dos 280 lotes, iniciou a construção das casas-embrião e fez questão de inaugurar as 30 primeiras unidades construídas, mas não acabadas, no término de sua gestão. Assim, no dia 28 de Janeiro de 1977, esses mutuários assinaram os contratos de cessão das casas, sendo que as chaves lhes foram entregues em 29 de Janeiro deste mesmo ano, dia de inauguração oficial do Bairro Santa Felicidade ó PROFILURB. O novo prefeito empossado em 01 de Fevereiro 1977, o João Paulino Vieira Filho, abandonou o projeto PROFILURB, mas em função das reclamações dos proprietários dos imóveis onde se encontrava a Favela do Cemitério, promoveu a expulsão desses moradores e a derrubada dos barracos, colocando as pessoas com seus poucos pertences em caminhões e deixando-as pelas estradas e municípios vizinhos (CANIATO, 1986).

Em consequência às cobranças da imprensa, de prefeitos de cidades vizinhas (onde os favelados iam procurar abrigo), o prefeito João Paulino se viu obrigado a criar uma comissão especial com a finalidade de solucionar o problema dos moradores da Favela do Cemitério, indenizando alguns, cadastrando outros, com a finalidade de qualificá-los no projeto PROFILURB. Poucos desses favelados conseguiram chegar ao *õsonhoö* de morar em Santa Felicidade, ou seja, ser uma das 246 famílias a habitar o novo bairro (GALVÃO; ROCHA, 2010).

A realidade urbana de Maringá permanecia de acordo com o que tinha sido planejado no seu projeto inicial, ou seja, determinadas áreas eram para serem habitadas de acordo com as condições socioeconômicas dos moradores. Porém, de acordo com Shimada (2015, p. 101), *õainda* que essa realidade urbana pudesse ser planejada e mantida, seja pela iniciativa dos

agentes imobiliários, do poder público ou dos dois agentes, o espaço maringense apresenta aspectos frágeis, cheios de contradições e de problemas. No caso da cidade de Maringá, Shimada (2015) ainda coloca que frente a uma realidade urbana planejada, começou a aparecer deficiências em seu espaço urbano que permitiu vir à tona uma situação que antes estava sendo abafada, em que começou a surgir problemas em relação à mudança dos moradores de baixa renda que moravam em áreas valorizadas para os arredores da cidade, onde tinham infraestrutura urbana precária, ou para cidades vizinhas.

Assim, de acordo com Shimada (2015, p. 102), para uma parte da população, em que muitas vezes ajudou na construção da cidade, é negado o direito de ter acesso aos benefícios que a cidade tem para oferecer. Dessa maneira, Maringá se desenvolve como uma cidade capitalista, em que seu espaço urbano é o principal instrumento político organizado, configurado pelo Estado, o poder público municipal e nas mãos de uma classe dominante. Logo, aqueles que não estão dentro dessa realidade urbana planejada, ou que não atende aos requisitos sociais, não podem ter reconhecimento social, enquanto são deslocados para um lugar desvalorizado e com infraestrutura precária. Enquanto essas pessoas não oferecerem nenhum tipo de benefícios aos interesses dos produtores do espaço, eles continuarão sendo afastados da cidade e também dos frutos produzidos por esse espaço, já que segundo Galvão e Tonella (2010), mantendo-os escondidos não existirão contradições sociais ou resistências, pelo menos no plano das aparências.

O Bairro Santa Felicidade, de acordo com Borges e Sela (2013), surgiu do processo de desfavelização do final da década de 1970 até meados de 1980, em que foram deslocadas as famílias de áreas centrais da cidade de Maringá, que ocuparam inicialmente 30 casas e, depois, outras 216 casas. Segundo os mesmos autores, há 30 anos aquele era um local muito distante das áreas centrais, não tendo serviço de transporte coletivo e havia necessidades de equipamentos urbanos e sociais, tais como creches, escolas, posto de saúde, isto é, o bairro surgiu e permaneceu ao longo dos anos com as características das periferias infraestrutura urbana e de serviços precários, além de que os moradores eram estigmatizados por parte do conjunto da sociedade maringense.

Os moradores, após esses 30 anos, segundo Borges e Sela (2013), construíram suas vidas no bairro, criaram seus filhos, expandiram suas moradias. No entanto, a cidade expandiu, o bairro superou a precariedade dos anos iniciais e a área passou a ser de grande interesse aos agentes imobiliários, já que estava se aproximando em parte nobre da cidade. Tudo isso por conta de dois fenômenos que surgem na realidade urbana da cidade de Maringá, segundo Reschilian e Uehara (2013): a expansão populacional para as cidades vizinhas, em relação do alto custo das moradias na cidade, e o outro fenômeno é a verticalização no centro da cidade, em razão do aparecimento de corredores edificados, que altera a paisagem da bela cidade. Em virtude disso, com essa urbanização desigual, na década de 1990, é possível ver em Maringá um aumento na aprovação de novos loteamentos, com edificações e ampliação de condomínios horizontais pela cidade, especificamente, na região do bairro Santa Felicidade.

Sendo assim, em relação a essa valorização da região e tendo como argumento a necessidade dos procedimentos da documentação ser mais rápidas e da iminência de repasses de recursos, de acordo com Shimada (2015), no ano de 2007 é apresentado à população um Projeto de Requalificação Urbana e Social - ZEIS Santa Felicidade, da Prefeitura Municipal de Maringá, com recursos do PAC ó Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal, projeto este já apresentado pronto, que visava a reurbanização e a requalificação de áreas em declínio físico e social; a urbanização de novas áreas com construção de novas unidades habitacionais de interesse social; medidas de recuperação ambiental e a provisão de infraestrutura urbana e social. Entretanto, foi identificado vários problemas em relação à proposta em andamento, ou seja, das irregularidades, um deles é o fato de o Bairro Santa

Felicidade não constar em lei que criou a ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) Santa Felicidade em Maringá (BORGES; SELA, 2013).

A implementação desse projeto de lei presumia a remoção de 1/3 do total de 246 dos terrenos do bairro Santa Felicidade, de acordo com Shimada (2015), o que significava que a maior parte dos moradores atuais seria removida do bairro e não iria utilizar dos benefícios dos investimentos do PAC naquela região, já que essa remoção seria necessária, segundo o projeto, pois haveria uma ampliação do tamanho dos terrenos, e pela necessidade de transferência, em que contribuiria para a desconcentração da população da região sul de Maringá e a distribuição mais equilibrada do território urbano.

Esse projeto, que fora enviado ao Ministério da Cidade, ainda justificava a existência de três questões fundamentais, que poderiam ser sanadas com os recursos do PAC. A primeira questão era a respeito da conturbação, ou seja, a unificação de duas ou mais cidades em consequência de seu crescimento geográfico, que Maringá apresentava com seus municípios vizinhos (Sarandi e Paçandu), que prejudicava as condições habitacionais dessas cidades, já que estavam sendo pressionados pela demanda não atendida de Maringá. A segunda questão envolvia questões ambientais, em específico, o Jardim Tarumã em Maringá, no qual parte das casas foi construída em uma área definida pelo Ministério Público como preservação ambiental, no que resultou também em casas com condições inadequadas para moradia. E a terceira questão era pela formação de enclaves ou guetos em bairros da cidade, no qual a presença do tráfico de entorpecentes desestruturava a sociedade local, e conseqüentemente, houve o recrutamento de jovens que passaram a cometer delitos afetando tanto o bairro, quanto a cidade de Maringá (SHIMADA, 2015).

Com a aprovação e a liberação do recurso, a partir de 2009, segundo Shimada (2015), aproximadamente 104 famílias foram realocadas do bairro Santa Felicidade para áreas consideradas como vazios urbanos, ou seja, área urbana do Município onde mantem a população o mais próximo do local onde já criou laços sociais e econômicos, e para os moradores que ficaram no bairro (164 famílias), a Prefeitura prometeu a revitalização das moradias, a manter os laços sociais e econômicos das famílias removidas, conceder uma inserção social e construção de cidade para essa população, promover a melhoria de qualidade de vida desses moradores excluídos.

Contudo, essa ação pública, segundo Borges e Sela (2013) é sustentada pelo interesse de qualificar o espaço urbano delimitado pelo bairro Santa Felicidade, para integrar a composição de cidade bela, configurada pelos novos loteamentos e condomínios, e ainda, como afirma Shimada (2015, p. 114), as pessoas e seus modos de vidas estão sendo gerenciadas como estratégia direcionada a uma única razão que é transformar a cidade em um lugar atrativo e belo, para aqueles que investem ou para a população atingida.

Esse projeto de requalificação ocorrido no Bairro Santa Felicidade demonstra que reorganizações urbanas vêm ocorrendo a partir de intervenções federais oriundas principalmente da implementação de grandes projetos de desenvolvimento, como é o caso do PAC. Esses projetos, mesmo quando visando à qualificação das cidades, promovem transformações e, em nome do desenvolvimento e da oportunidade, podem gerar conflitos sociais, urbanos e ambientais, principalmente por partirem de interesses unilaterais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo foi apresentar os investimentos do PAC no município de Maringá e discutir as prioridades desse Programa no município, sobretudo no que se refere à requalificação do Bairro Santa Felicidade. A discussão realizada demonstrou que o Poder Público Municipal nunca teve a intenção de manter a população de baixa renda morando em áreas valorizadas da cidade, sempre os realocando para as partes periféricas, muitas vezes sem

infraestrutura habitacional e social, onde o direito de usufruir os benefícios da cidade, que muitas vezes essa população ajudou a construir lhe é negado.

Ao longo dos anos, depois dos moradores do Bairro reconstruir suas vidas e superar a precariedade, a região do entorno do bairro se tornou alvo dos interesses dos agentes imobiliários, uma vez que muitos condomínios de luxo foram construídos na região. Isso contribuiu para que fosse apresentado à população o Projeto de Requalificação Urbana e Social ó ZEIS, no qual utilizou recursos do PAC. A análise desse projeto comprova os argumentos de autores que desvelaram que desde a sua gênese a produção do espaço urbano na cidade obedeceu a uma orientação que reproduziu, no território, processos de desigualdade social pela ação do mercado imobiliário (BORGES; SELA, 2013) e que mesmo as mais recentes intervenções não são estratégias novas e não há a participação popular ativa nas políticas voltadas para a promoção da cidade (ANDRADE; CORDOVIL, 2008).

Esse artigo apresentou uma análise preliminar e crítica das prioridades de investimento do PAC em Maringá e possibilitou trilhar os primeiros passos no sentido de compreender as contradições geradas com a implementação de obras e projetos concernentes a este Programa e as disputas envolvendo concepções distintas de cidade. Ainda que não fosse o objetivo principal do trabalho, o artigo também possibilita uma reflexão sobre possibilidades de atuação dos administradores, cuja atuação não se restringe às empresas privadas, mas podem se dedicar à atuação em organizações públicas e participar ativamente na formulação de políticas públicas.

7. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de; CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. A cidade de Maringá, PR. o plano inicial e as õrequalificações urbanasö. **Actas Del X Coloquio Internacional de Geocrítica**. Universidade de Barcelona, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/55.htm>>. Acesso em: 01 set. 2014.

BORGES, William Antonio; SELA, Vilma Meurer. Cooperação intergovernamental e produção do espaço urbano: o alinhamento entre mercado, financiamento público, política eleitoral e obras públicas na cidade de Maringá. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 37., 2013, Rio de Janeiro. **Anaisí** Rio de Janeiro: ANPAD, 2013. 1 CD-ROM.

BRASIL. **Apresentação de lançamento do PAC em 22/01/2007**. 2007. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122_PAC_meidas_institucionais.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2011. (2007a)

BRASIL. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010**: material para a imprensa. 2007. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2007/r220107-PAC-integra.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2011. (2007b)

BRASIL. **9º Balanço PAC 2 Paraná**. 2014. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/1c2e63ec1fb5f65d6386bbb77fe40125.pdf>> Acesso em: 15 set. 2014.

CÂMARA, Breno Pimentel. Lendo a cidade do Rio de Janeiro através dos conflitos urbanos. In: MACHADO Carlos R. S.; SANTOS, Caio Floriano dos; ARAÚJO, Claudionor Ferreira; PASSOS, Wagner Valente dos (Orgs.). **Conflitos ambientais e urbanos: debates, lutas e desafios**. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 135-160.FA

CANIATO, A. M. P. **A Luta pela moradia de ex-favelados como parte essencial do processo de formação da consciência social**. 1986. 143p. Dissertação (Mestrado)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1986.

CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. **Desenvolvimento e dependência no Brasil: reflexos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no município do Rio Grande (RS)**. 2014. 244

- f. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- CHAGAS, Priscilla Borgonhoni; CARVALHO, Cristina Amélia; MARQUESAN, Fabio Freitas S. Desenvolvimento e dependência no Brasil nas contradições do Programa de Aceleração do Crescimento. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 22, n. 73, p. 269-289, Abr./Jun., 2015.
- COELHO, Kellen da Silva. **A resistência à nova proposta de Plano Diretor apresentada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis**: uma análise das práticas alternativas de organizar. 2012. 358 f. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- FERREIRA DIAS, Franciele Miranda. A influência do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na valorização do espaço urbano de Ourinhos-SP. **Geografia em Questão**, v. 7, n. 1, p. 157-176, 2014.
- GAFFNEY, Christopher. Forjando os anéis: a paisagem imobiliária pré-olímpica no Rio de Janeiro. **E-metropolis**, Rio de Janeiro, n. 15, ano 4, p. 6-20, dez. 2013.
- GALVÃO, Altair Aparecido; ROCHA, Márcio Mendes. Mobilidade social e questão territorial em Maringá ó PR: o caso dos moradores do Bairro Santa Felicidade. **Geografar**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 132-154, jan./jun. 2010.
- GALVÃO, A.; TONELLA, C. **Políticas públicas urbanas, espaço público e segregação em Maringá ó PR**. 2010. 154 f. Tese de Doutorado (Geografia) ó Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2010.
- GALVÃO, A.A. *et al.* **Reestruturação socioespacial do território metropolitano**: o caso do PAC Santa Felicidade em Maringá (PR). Montevideo: Instituto do Milênio, 2009.
- GAZETA DO POVO. **Comércio é principal atividade empresarial de Maringá**: Setor é responsável por quase a metade do número de empresas sediadas na cidade. Comércio varejista é a principal atividade, com 6,1 mil empresas. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/maringa/comercio-e-principal-atividade-empresarial-de-maringa-segundo-estudo-e4v63tn80furb6zla5by4j9la>>. Acesso em: 01 nov. 2015.
- HARVEY. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- _____. A liberdade da cidade. In: **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. MARICATO, Erminia et al. (orgs.), São Paulo: Boitempo, 2013b, p. 27-34.
- IBGE. **Cidades, Paraná**. 2015. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/2340Q>>. Acesso em: 26 out. 2015.
- LEFÈBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.
- LEITÃO, K. **A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento**: um estudo sobre o PAC no estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do país. 2009. 285 f. Tese de Doutorado (Arquitetura e Urbanismo) ó Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009.
- MACHADO, Carlos R. S. (Coord.) **Sustentabilidade e (in)sustentabilidade da e na cidade: política, natureza/meio ambiente e conflitos no extremo sul do Brasil (Rio Grande)**. Relatório de pesquisa - Projeto financiado pelo Edital Universal CNPq 2010-2012. Rio Grande, 2013, 119 p.
- MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. MARICATO, Ermínia et al. (Orgs.), São Paulo: Boitempo, 2013, p. 19-26.
- MARTINS, César Augusto Ávila. Desenvolvimento e direito à cidade. In: MULLER, Cristiano; MOROSO, Karla. (Orgs.). **Violações ao direito à cidade e à moradia decorrentes**

- de megaprojetos de desenvolvimento no Rio Grande do Sul:** diagnóstico e perspectivas: o caso de Rio Grande. 1.ed. Porto Alegre: Centro de Direitos Econômicos e Sociais, 2013. p. 37-39.
- MENDES, César Miranda; NEGRI, Silvio Moisés. O falso novo centro de MaringáóPR, **Boletim de Geografia**, n. 18, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1998, p.67-86.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. **Nossa cidade:** histórico do município. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=000046d25b1x00&id=14>>. Acesso em: 26 out. 2015.
- RESCHILIAN, P. R.; UEHARA, A.Y. Desafios à questão metropolitana: o processo de organização do espaço urbano e regional de Maringá. **Oculum Ensaios**, n. 15, 2012.
- RODRIGUES, A. L. Características do processo de urbanização de Maringá, PR: uma cidade de õporte médioö. **Caderno Metrõpole**, n.12, p. 95-121, 2004.
- SALVADOR, E.; RODRIGUES, T. As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas Políticas Sociais. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 129-156, jan./jun. 2011.
- SANTOS, Caio Floriano dos; MACHADO Carlos R. S. Extremo sul do Brasil: uma grande õzona de sacrifícioö ou õparaíso de poluiçãoö. In: MACHADO Carlos R. S.; SANTOS, Caio Floriano dos; ARAÚJO, Claudionor Ferreira; PASSOS, Wagner Valente dos (Orgs.). **Conflitos ambientais e urbanos:** debates, lutas e desafios. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 181-204.
- SHIMADA, Nayara. **Trajetórias anônimas no cotidiano da cidade: a territorialização do bairro santa felicidade pelos seus moradores.** 2015. 235 f. Dissertação (Mestrado em Administração) ó Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.
- STAHLHOEFER, Julia Marcon Costa; RODRIGUES, Ana Lúcia. (Des)articulações territoriais urbanas: a privatização de áreas públicas. In: Simpõsio Paranaense de Estudos climáticos, 2. 2010, Maringá. **Anais...** Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2010.